

Guiomar Namó de Mello **Leitura e Escola**

Conferência realizada durante o Seminário Leitura, Escola e Cidadania
promovido pelo Leia Brasil no Anhembi, em São Paulo, em setembro de 1997

Gostaria de chamar à reflexão o próprio tema deste Seminário: Leitura, Escola e Cidadania. E, a partir desse tema, pensar na própria constituição desse Seminário e no novo que ele trás hoje no panorama da educação brasileira.

Por quê? Porque esse Seminário é organizado por pessoas empreendedoras e patrocinado por uma empresa estatal, que articula professores, basicamente de escolas públicas, em torno de um dos temas mais importantes que é a expressão da linguagem, principalmente da linguagem lida.

Acho que esta configuração é inteiramente nova no Brasil e ela revela alguma coisa que está além da questão educacional, no sentido estrito. Ela revela que a educação começou a ser preocupação fora da escola, que finalmente alguns segmentos da sociedade passaram a entender que a educação é um assunto sério demais para ficar restrita apenas aos educadores, que é muito importante que a sociedade tenha uma sinergia e uma interação permanente com o processo educacional, não apenas no nível dos seus filhos diretos, mas das gerações que se educam. Esse é um sinal muito importante e muito positivo.

Em segundo lugar, que os setores produtivos, as empresas, as instituições ligadas às atividades econômicas também estão se dando conta que sem uma formação de base não conseguiremos ser competitivos; não conseguiremos ser produtivos neste país. Logo, não é apenas a questão da preocupação da cidadania como um todo, que a sociedade começa a prestar atenção na educação, mas, também, em relação ao fato de que ela é uma estratégia de desenvolvimento.

Por que ela é uma estratégia de desenvolvimento hoje? Porque todas as mudanças tecnológicas mais recentes que afetaram sobremaneira a forma como se organiza o trabalho do homem, a forma como os homens se associam para produzir riquezas, para produzir a vida, para produzir os recursos humanos, é a inteligência que cada sociedade consegue acumular.

Há pouco tempo foi publicado um estudo internacional patrocinado pelo Banco Interamericano a respeito dos países asiáticos – os chamados Tigres Asiáticos -, onde ficou bem claro, a partir dos dados levantados do crescimento econômico e social conseguido por esses países, que um dos fatores que contribuíram, decisivamente, para que esses países saíssem do estado de subdesenvolvimento em que estavam, foi a acumulação de capital humano, juntamente com capital financeiro, com infra-estrutura: três vetores sobre os quais se construiu o milagre de países como a Coréia do Sul, por exemplo, que 30 / 40 anos atrás

estavam num grau de desenvolvimento muito inferior ao em que estão e conseguiram dar um salto num mundo de economia globalizada.

Portanto, seja pelo lado econômico, seja pelo lado da questão da cidadania, parece que estamos à beira de uma mudança de paradigma (eu, pelo menos, não conseguiria dizer qual é o novo paradigma ainda), mas que coloca desafios enormes para a educação, desafios enormes e, ao mesmo tempo, muito interessantes.

Gostaria de fazer uma ponderação com vocês. Até 30 anos atrás, a escola vivia uma enorme dissociação entre a formação básica humanista, a formação para o trabalho e a formação para a vida social. Embora isso não fosse tão claro no ensino do segundo grau ou colegial, esta dicotomia era muito clara.

O ensino médio, por exemplo, no Brasil (atualmente chamado ensino médio a partir da nova LDB), sempre viveu esse movimento pendular da educação geral para a educação específica, da formação de base para a formação de determinadas habilidades que são necessárias para o trabalho, para a cidadania, etc.

Hoje, no momento em que novas formas de participação social e de produção econômica se instalam na sociedade, no momento em que ser cidadão não é mais simplesmente tomar um "slogan", mas conhecer o seu meio ambiente para a sua participação na vida, a sua qualidade de vida; no momento em que ser trabalhador começa a não ser mais apertar um parafuso, mas entender a globalidade do processo de trabalho, essa dicotomia começa a ser superada.

Parece que vivemos à beira de um momento em que atravessar a ponte entre os ideais humanistas da escola e os ideais da produção econômica e da participação social é ir de encontro com a briga entre eles. Ao contrário: vai haver uma associação e uma sinergia muito positivas entre os dois, isso fica muito claro.

Agora que eu estou encarregada de relatar a reforma do ensino médio e sua nova organização no Brasil a partir da LDB, isso fica bastante claro, especialmente quando se discutem o currículo e as competências cognitivas, sociais e humanas que queremos formar nos nossos jovens. Por quê? Porque hoje já não há um divórcio total entre formar um torneiro mecânico, formar um cidadão e formar um humanista. Não digo que este abismo já foi transposto (não estou dizendo que já foi transposto). Estou dizendo que começam, a ser abertas as portas: cabe a cada um de nós transpor essa ponte. E inaugurar, talvez juntos, esse novo paradigma da escola, uma escola de formação básica que, ao formar o cidadão, no sentido mais geral da palavra, também possa prepará-lo para ingressar no mundo do trabalho e na sociedade.

O que tem a ver a leitura com isso? Acredito que chegamos no ponto de encontro desse Seminário e esta preocupação mais geral. Tem a ver com o fato de que, quando se diz Leia Brasil, subentenda-se pensar Brasil; aprender a distinguir o lido, aprendendo a ler os diferentes discursos. Ou seja: a leitura não é simplesmente o ato passivo de alguém que recebe, a leitura entendida como

ato daquele que interage – e ficou bastante claro pela exposição da Maria Theresa -, aquele que interage com o texto, a forma de entender os diferentes usos e contextos da linguagem, a qual é usada para escrever um contrato, para fazer um discurso, para escrever um texto literário.

Sendo assim, o problema dos códigos e das linguagens é chave nessa formação básica e geral que passa a ser necessária diante de novos paradigmas de organização do trabalho e de participação social. Por quê? Porque é através da linguagem – seja lida, seja escrita, seja falada – que se desenvolvem algumas habilidades cognitivas importantes de análise, de síntese, de soluções de problemas, de capacidade de isolar os diferentes fatores que interferem em uma situação. E a linguagem é o veículo no qual se forma esse tipo de habilidade. Tanto é assim que existem vários teóricos da linguagem (entre eles Vigotsky, por exemplo), que associam de maneira definitiva a linguagem com o pensamento, a linguagem como um instrumento através do qual se constrói a realidade ou se reconstrói a realidade. E, ao se reconstruir a realidade, desenvolve-se habilidades básicas de compreensão do mundo e de leitura de mundo.

Portanto, considero da maior importância a leitura na escola, não apenas como possibilidade de ingressar em universos simbólicos e de ter o prazer de desfrutar da imaginação – a fantasia que é construída por outro, e a partir da qual me convida a compartilhar – mas, também, como uma forma de desenvolver a forma de pensar.

Para terminar, gostaria de falar um pouco na questão do professor. A leitura, a escrita e a linguagem na escola dependem de um processo de interação permanente – ainda que estejamos vivendo momentos em que a tecnologia introduz novas fórmulas de linguagem e novos códigos, em que um jovem, infelizmente, ainda uma minoria no Brasil, pode ter acesso à internet e desvendar informações das mais diferentes naturezas. A capacidade de seleção, de compreensão e de crítica vai depender muito do trabalho cotidiano na sala de aula.

Nunca poderemos esquecer que não se trata simplesmente de substituir o professor, ou de substituir a escola por estas novas fórmulas até – eventualmente, mais interativas de aprender. Trata-se de repensar o papel do professor como alguém que orienta a capacidade de ler de maneira crítica e compreensiva.

Para isso é necessário um permanente processo de atualização; não é o professor que não lê que poderá orientar o aluno a ler. É preciso primeiro o professor ser um leitor, num país em que as pessoas consomem em média 3 a 4 livros por ano (uma média muito baixa se comparada a outros países). Os professores não devem ser exceção a esta média brasileira – talvez, se nós formos otimistas, esteja um pouquinho acima.

É preciso que o professor seja um leitor e que o processo através do qual o professor se educa permanentemente seja um processo de educação do leitor, do

produtor do texto escrito, do interpretador, daquele que compreende. Só dá para ensinar alguma coisa que nós vivenciamos. Isso vai ser muito importante.

Quero dizer que na Fundação Victor Civita eu trabalho com uma revista: a Nova Escola, a qual está à disposição do Leia Brasil para levar ao professor qualquer conteúdo, mensagem ou informação que seja necessária, porque considero que este programa de leitura na escola vai depender, fundamentalmente, da formação, do preparo, da permanente atualização dos professores que estão à frente desse trabalho.